

27 / 04 / 2001



Exmo Senhor

Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO N.º 1373/VIII (2.a) – AC

**ASSUNTO: ENCERRAMENTO DO MATADOURO CENTRAL DE ENTRE
DOURO E MINHO, LDA.**

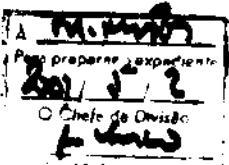
Decidiu o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, na sequência de uma acção inspectiva levada a cabo pelos Serviços Veterinários, determinar a suspensão da laboração da “Centralcarnes” – Matadouro Central de Entre Douro e Minho, Lda, situado em Meães, Lousado, Vila Nova de Famalicão, a partir do dia 15 de Abril.

Verificou-se hoje mesmo, dia 26 de Abril, a reabertura do referido matadouro não sendo claras as razões que ditaram o seu encerramento temporário nem as alterações levadas entretanto a efeito que, presumivelmente, justificam agora a sua abertura.

Tal situação é aliás tanto mais estranha quanto entre as falhas alegadamente evocadas para o encerramento estariam, segundo a opinião pública e informação da comunicação social, problemas relativos à separação das vísceras e problemas na rede de esgotos. O referido matadouro consta porém da Lista dos Matadouros Homologados para efeitos de abates sanitários segundo o Despacho Normativo nº 11 371/2000 publicado no Diário da República nº 113 de 16 de Maio – II Série.

Importa pois garantir que a medida de encerramento temporário não teve razões discriminatórias; que se encontra adequadamente assegurada a segurança alimentar e a saúde pública; que não existem riscos ambientais; e que a inclusão do referido matadouro na Lista dos Matadouros Homologados teve suporte técnico justificativo.

De facto, à luz dos acontecimentos, como justificar que as condições de segurança existentes em Maio de 2000 tivessem desaparecido em menos de um ano ?



Assim, nos termos das normas regimentais e constitucionais aplicáveis, solicito a V. Exa. que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, esclareça com urgência, as seguintes questões:

1 - Quando foi efectuada inspecção sanitária ao matadouro de Lousado que justificou o seu encerramento ? (solicita-se cópia do relatório de inspecção).

2 - Quais os problemas identificados nessa inspecção e quais as medidas recomendadas para alterar tais situações ?

3 - Quais as alterações introduzidas no funcionamento do matadouro que permitiram a sua reabertura dia 26 de Abril ?

4 - Eram ou não tais alterações compatíveis de realizar sem encerramento do matadouro e porquê ?

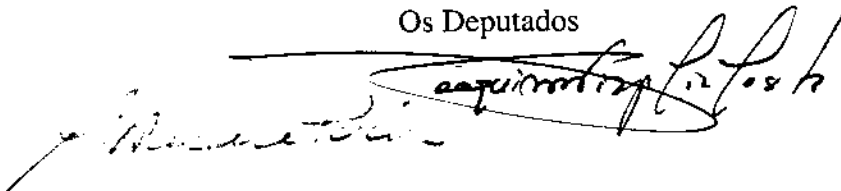
5 - Que razões levaram a não transmitir adequadamente à população e aos trabalhadores envolvidos a decisão do encerramento e as suas razões justificativas ?

6 - Estavam ou não garantida, aquando da publicação do DN 11 371/2000, que as situações agora eventualmente detectadas se não verificavam a essa data ? (solicita-se cópia do relatório da inspecção certamente então efectuada).

7 - Está o Ministério em condições de garantir que se não prevê a curto e médio prazo alteração da participação no capital social do matadouro, quer pela entrada de novos sócios quer pela alteração de valor ou proporção relativa da participação actual de cada um deles ?

Assembleia da República, aos 26 de Abril de 2001.

Os Deputados



(António Nazaré Pereira)

(Virgílio Costa)